

Ana Cláudia Ruy Cardia Atchabahian

# Transterritorialidade

---

Uma Teoria de Responsabilização

---

Direitos Humanos

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2020

Copyright © 2020 by Ana Cláudia Ruy Cardia Atchabahian

Categoria: Direito Internacional Comunitário

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

A863t

Atchabahian, Ana Cláudia Ruy Cardia

Transterritorialidade : uma teoria de responsabilização de empresas  
por violações aos direitos humanos / Ana Cláudia Ruy Cardia Atcha-  
bahian. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.

264 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 183-239.

ISBN 978-65-5510-238-3

1. Direito internacional privado. 2. Direito internacional público.  
3. Direitos humanos. 4. Responsabilidade (Direito) - Brasil. 5. Empresa.  
I. Título.

CDD 341

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

## Sumário

Introdução .....	1
1. Inseguranças na Sociedade Internacional de Consumo e a Evolução, no Direito Internacional, dos Direitos Humanos e Empresas .....	9
1.1 Inseguranças em uma sociedade global de consumo .....	12
1.1.1 Os novos sujeitos e atores da sociedade internacional e as influências alheias ao conceito clássico de Direito Internacional.....	13
1.1.2 A atuação das empresas transnacionais neste novo contexto e seu papel na potencialização de violações aos direitos humanos.....	16
1.2 A concepção da tríade ‘prevenir, respeitar e reparar’ e as negociações para a elaboração de um tratado sobre Direitos Humanos e Empresas .....	23
2. A Vertente da Responsabilização Judicial de Empresas por Violações aos Direitos Humanos .....	41
2.1 Reparação como a ultima ratio de uma sociedade de consumidores.....	42
2.2 A responsabilização e a discussão sobre o ativismo judicial versus o acesso à justiça .....	44
2.3 A responsabilização judicial de empresas no plano internacional .....	50
2.3.1 O terceiro pilar dos Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos .....	50
2.3.2 Considerações sobre a responsabilização judicial de empresas no tratado em negociação na ONU.....	55
2.3.3 A responsabilização corporativa sob a ótica da adjudicação internacional de Direitos Humanos .....	61

3. Modelos Nacionais de Responsabilização Judicial de Empresas por Violações aos Direitos Humanos no Desenvolvimento de Atividades Transnacionais .....	79
3.1 A responsabilização de empresas sob a ótica dos planos nacionais de ação sobre Empresas e Direitos Humanos .....	80
3.2 Modelos normativos dos contextos norte-americano, britânico, australiano e europeu.....	98
4. Uma Nova Teoria para a Responsabilização Judicial de Empresas por Violações aos Direitos Humanos: a Transterritorialidade .....	117
4.1 Extraterritorialidade: uma possibilidade de solução? .....	117
4.2 A insuficiência do conceito de extraterritorialidade para a responsabilização de empresas por violações aos Direitos Humanos.....	124
4.3 Concepções sobre o tema e bases metodológicas: fragmentação do direito internacional, constitucionalismo societal, transconstitucionalismo e governança transversal dos direitos fundamentais em uma sociedade com normas globais.....	126
4.3.1 Fragmentação do direito internacional .....	126
4.3.2 Constitucionalismo societal.....	132
4.3.3 Transconstitucionalismo.....	134
4.3.4 Governança transversal dos direitos fundamentais e os estágios de desenvolvimento das normas globais.....	138
5. Definição e Aplicabilidade da Transterritorialidade nos Estados .....	145
5.1 A transterritorialidade como potencial apaziguadora da insegurança de uma sociedade mundial de consumidores .....	145

5.1.1 O Direito Internacional Privado e o Direito Internacional Público na revisão de normas de jurisdição e na unidade heterárquica das normas globais para a aplicação da transterritorialidade .....	155
5.1.1.1 O direito internacional privado e a transterritorialidade...	156
5.1.1.2 A transterritorialidade sob a ótica do Direito Internacional Público .....	164
5.2 O possível desenvolvimento da transterritorialidade nos Estados ....	168
Conclusão .....	177
Referências .....	183